



**Reunião Ordinária da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

29.11.2010

Acta número três/2010

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de dois mil e dez, com início pelas dezoito horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a terceira reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

1. Período antes da ordem do dia. -----

Ordem do dia: -----

1. Apreciação e votação da proposta de alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, por força da Lei 21/2010, de 23 de Agosto;-----

2. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Intermunicipal, decorrente da lei 21/2010, de 23 de Agosto;---

3. Informação do Conselho Executivo nos termos da alínea c) do art.º 13 da Lei 45/2008 de 27 de Agosto;-----

4. Alteração ao Mapa de Pessoal 2010, ao abrigo da alínea o), do ponto 2, do art.º 53 da lei 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01 para dar cumprimento ao artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 27/Fevereiro;-----

5. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;-----

6. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento referentes a 2011;-----

7. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento para a Informação e Formação Profissional;-----

8. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal informou que existia quórum dando as boas vindas a todos. Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente acta e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes, o Presidente do Conselho Executivo da CIMT, a Secretária Executiva e Teresa Taborda, Elizabeth Torres e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

A Presidente da Mesa colocou à consideração dos deputados da Assembleia a votação do primeiro ponto da ordem do dia, antes de entrar no período Antes da Ordem do Dia. Esta situação deve-se ao facto de existirem novos deputados na Assembleia Intermunicipal do Concelho de Mação que só podem ser empossados após a deliberação relativa ao ponto 1 da ordem de trabalhos. De igual modo foi colocada a possibilidade de se votar também o ponto 2, uma vez que se trata duma correcção do Regimento, por força da integração de Mação. -----
Não se verificando objecções, a Assembleia começou por apreciar os dois pontos da Ordem de Trabalhos referidos.-----

1. Apreciação e votação da proposta de alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, por força da Lei 21/2010, de 23 de Agosto.-----

Foi presente cópia para apreciação e votação da proposta de alteração aos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, por força da Lei 21/2010, de 23 de Agosto.-----
Depois de analisada, foi aprovada por unanimidade, estando presentes 26 deputados.-----

2. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Intermunicipal, decorrente da lei 21/2010, de 23 de Agosto.---

Foi presente cópia para apreciação e votação da proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Intermunicipal, decorrente da lei 21/2010, de 23 de Agosto.-----
Depois de analisada foi aprovado por unanimidade, estando presentes 26 deputados.-----

De seguida, foi conferida posse aos deputados eleitos por Mação - César Sequeira Estrela, Duarte Filipe Batista Duarte Marques, João Matias Rito.-----
Foram referidas as substituições, tendo sido substituída a deputada Ana Marta Mendes, por motivo de suspensão na Assembleia Municipal de Torres Novas, por António Manuel Nobre Calado. -----
Em substituição do deputado Ramiro Silvestre Silva, tomou posse Manuel Sousa Ligeiro, igualmente de Torres Novas. -----
Em substituição do deputado José Trincão Marques, foi empossada Dina Lopes, também de Torres Novas. -----
Foram igualmente referidas as justificações de faltas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Comunidade Intermunicipal referiu aos senhores deputados duas questões que não estavam inicialmente incluídas na ordem de trabalhos, a primeira decorrente da lei - Informação da actividade da CIMT - e a alteração para regularização do Mapa de Pessoal de 2010. Não havendo objecções da Assembleia, foram introduzidos estes dois pontos e reorganizada a ordem de trabalhos. -----

Presente a acta da reunião de 30 de Junho de 2010, anexa à presente acta, e da qual faz parte integrante, o Deputado João Simões sugeriu que nas actas, de futuro, fossem integrados ou colocados em anexo e na integra os textos das moções apresentadas. -----
O Deputado António Mor solicitou que lhe fosse justificada a falta da reunião anterior. -----

Depois de analisada a acta, a mesma foi aprovada com 9 abstenções, estando na sala 36 deputados. -----

1. Período antes da ordem do dia. -----

Foram presentes à Assembleia várias moções: do deputado João Simões, dos Independentes por Tomar sobre a introdução de portagens no IP6/A23 que se anexa; do Bloco de Esquerda, sobre a Ponte de Constância; do PSD, sobre a A23/Scut Vias e outra, do PSD, sobre Educação. Também deu entrada uma proposta de recomendação, do Bloco de Esquerda, sobre a A23.-----

No que respeita à primeira moção apresentada, o deputado João Simões, teceu alguns comentários nomeadamente através de um périplo do que acontecera anteriormente sobre este processo. Referiu a visita do Secretário de Estado ao Médio Tejo tendo viajado na sua viatura pelo único itinerário existente entre a portagem de Torres Novas e Abrantes, o qual passa pelo Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Constância, Rio de Moinhos, para se inteirar dos problemas que tal itinerário apresenta e determinam que não é alternativa ao IP6/A23. Terminou esta sua intervenção alegando ser inaceitável esta ideia de portajar a A23 entre Torres Novas e Abrantes, até porque se trata de um lanço nunca integrado em SCUT. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal sugeriu que, existindo mais uma proposta de recomendação do Bloco de Esquerda e uma moção do PSD, as mesmas fossem apresentadas, para posteriormente se verificar a viabilidade de serem trabalhadas em conjunto. -----

O deputado Henrique Leal, do Bloco de Esquerda, comentou que a proposta de recomendação que estava a apresentar resultava da reunião com o Secretário de Estado, que pouco referia sobre esta matéria. Reiterou a necessidade da tomada de posição de não ser portajado o troço entre Torres Novas e Abrantes, solicitando que fossem tomadas as devidas providências, nomeadamente, que o Conselho Executivo o fizesse junto do Governo. -----

No que respeita à moção apresentada pelo PSD sobre este mesmo assunto, foi referido pelo deputado José Baptista o encontro com os autarcas do Médio Tejo e o Secretário de Estado. Comentou com grande estranheza não ter verificado qualquer tipo de divulgação na comunicação social. Mencionou repudiar a introdução de portagens na A23 e rejeitar em absoluto que o espaço entre a saída da A1 em Videla/Torres Novas e a proximidade de Abrantes/Maçã venha a ser portajada. Solicitou que fosse dado conhecimento desta deliberação aos órgãos e titulares dos órgãos referidos no documento apresentado. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que estes documentos eram passíveis de redigir em documento único, devendo ser constituída uma comissão constituída por um elemento de cada bancada para esta redacção conjunta. -----

O deputado Henrique Leal não se opôs ao documento único, contudo, referiu que deveria ser igualmente comprometido o Conselho Executivo da CIMT de modo a que se avançasse, desta fase de contestação, para uma intervenção junto do governo, como forma de travar este processo. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal justificou que não se colocava em causa a questão do comprometimento do Conselho Executivo, reiterando, que apenas se tratava da redacção de um documento em conjunto. -----

O Presidente do Conselho Executivo, no uso da palavra, esclareceu que tinha de aclarar alguns pontos sobre esta matéria, defendendo que o Conselho Executivo tem vindo igualmente a defender a sua posição sobre a questão da não introdução de portagens na A23. Voltou a reiterar a posição do Médio Tejo, referindo que entre Torres Novas e Mação não há SCUT. -----

O deputado Rui Ferreira concordou com as palavras do Presidente do Conselho Executivo da CIMT. Realçou também que quem quer andar em auto-estradas deve pagar, contudo, lembrou que no Médio Tejo não existem alternativas, nem no Médio Tejo, nem na Beira Baixa. Mostrou-se em desacordo apenas na isenção de pagamento no Médio Tejo, focando Mação que neste momento já está noutra NUT. -----

Deputado Manuel Filipe referiu ter votado contra as portagens e voltou a questionar o porquê de se estar novamente a falar neste assunto. Referiu igualmente a Moção sobre a educação, vir já de uma reunião anterior-----

O deputado Paulo Tavares alertou para um argumento que ao que parecia não estava a ser abordado: o facto de a A23, quando construída, não ter sido pensada como uma alternativa à estrada nacional, devendo assim haver alternativas credíveis. -----

O deputado João Rito congratulou-se por regressar ao Médio Tejo, pronunciando-se sobre a falta de estradas alternativas à A23 e propôs que a A23 não fosse portajada. -----

Foi dada a palavra ao Presidente do Conselho Executivo, que teceu alguns comentários, referindo que a única "arma" que tínhamos era o facto de não termos considerados SCUT até às Mouriscas, argumentando novamente ser este um fundamento válido. Referiu e lembrou os Senhores Deputados que estava a representar o Conselho Executivo e que este órgão, por unanimidade, propôs ao Secretário de Estado não termos portagens até às Mouriscas. -----

Foram tecidos comentários similares por outros deputados, na mesma linha de discurso, a de não portajar a A23. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia Intermunicipal verificando que não havia mais intervenções por parte dos deputados, sugeriu que a votação fosse feita em conjunto, assumindo-se que estes 3 documentos eram tendencialmente direccionados para o não portajar o troço de Torres Novas a Abrantes, isto porque eram a generalidade das opiniões que estavam a ser ouvidas, pelo que deveriam ser consideradas à votação com este pressuposto. -----

Passando à votação, foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, 11 abstenções do PSD, PS e CDU. -----

A CDU usou da palavra para fazer uma declaração de voto no que respeita à abstenção, referindo que a isenção deve ser em toda a A23 e não só na Região do Médio Tejo. -----

Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal introduziu a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre a ponte de Constância. -----

Foi dada a palavra ao deputado Henrique Leal que fez a apresentação da mesma, propondo que a Assembleia Intermunicipal se manifestasse solidária com os Municípios de Constância e Vila Nova da Barquinha e que solicitasse ao governo e, em particular, ao Ministro das Finanças uma ajuda para a Câmara Municipal de Constância que se encontrava com encargos bastante dispendiosos no que respeita a esta matéria. -----

Usando a palavra, o deputado Rui Ferreira concordou com a referida moção. Contudo, mencionou que no que respeitava ao ponto 2 da moção, verificou que se encontrava desactualizada. Considerou pertinente o pedido de ajuda não só ser feito ao Ministro das Finanças, como também, ao Secretário de Estado das Autarquias Locais. -----

O deputado António Gameiro, interveio para manifestar a sua abstenção nesta moção, mencionando nunca se ter apercebido de um pedido de apoio monetário deste género como estava aqui a ser pedido, contudo, nada via contra. Mencionou que este assunto era da responsabilidade não do governo mas sim da Autarquia local. -----

O Deputado Henrique Leal referiu a necessidade de solidariedade intermunicipal e igualmente, a necessidade de solidariedade do governo para com o Concelho de Constância. Evidenciou que este Município estava a pagar cerca de trinta mil euros por mês em transportes alternativos, situação delicada para as finanças de um município pequeno como este. Foi referido o art.º 48 do Orçamento de Estado, como permitindo a necessidade de encaixar uma ajuda desta categoria. -----

Foi dada a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que referiu que a ponte é uma ponte nacional e quem tem de a pagar é o governo e não as câmaras. Mencionou que o problema da ponte era para ele mais grave que o da A23. As Câmaras Municipais reclamaram junto do governo que era da competência destes fazerem a ponte e referiu haver um acordo que devia já estar assinado em que a Câmara Municipal de Constância assumia a obra com apoio comunitário, sendo a contrapartida nacional repartida entre as Câmaras Municipais de Constância e de Vila Nova da Barquinha. Registou existir uma candidatura comunitária promovida pela Câmara Municipal de Constância para fazer a obra. Referiu já ter sido informado que iria existir um protocolo. A Câmara Municipal de Constância avança com o concurso, que terá apoio comunitário ao FEDER ou do Fundo de Coesão, presumindo-se que seja FEDER, em que as Câmaras Municipais de Constância e de Vila Nova da Barquinha repartirão a comparticipação nacional. -----

O deputado Rui Ferreira comentou o défice de informação, esclarecendo alguns pormenores adjacentes. Relembrou os 30.000,00 € mensais de encargos de entre os quais 650,00€ diários estavam adjacentes ao pagamento à Rodoviária Nacional para o transporte de alunos; reforço das passagens de um barco; aumento do preço da refeição das escolas; 50% dos utentes na piscina e ginásio. No fundo, chamou a atenção para a desarticulação da vida do Município. -----

O deputado Paulo Tavares teceu alguns considerandos, referindo que na altura em que foi vereador da Câmara Municipal da Barquinha altura já se tinha apercebido da necessidade desta ponte. Esclareceu ser uma ponte muito sólida. -----

O deputado Rui Pichiochi registou que quem tinha tratado da ponte na altura tinha sido ele, referindo que tinha sido cedida pela CP e sempre tinha sido vista como uma ponte provisória. -----

O Presidente do Conselho Executivo alertou para que esta questão do apoio monetário tinha de ser bem fundamentado na lei. -----

O deputado António Mor referiu que o que estava em discussão era estratégico para as populações e para as Autarquias directamente envolvidas. Comentou que com 2 ou 3 alterações no texto desta moção conseguir-se-ia uma melhor redacção. Assim solicitou retirar o 2º parágrafo. -----

Colocado a moção à votação, sem o segundo parágrafo do texto inicial, conforme proposto e aceite pelo subscritor, foi aprovada com 23 abstenções e 11 votos a favor, não havendo votos contra. -----

Foi, de seguida, apresentada a moção sobre Educação, pela deputada Ana Cláudia Coelho. Começou por esclarecer a razão de trazer este assunto de novo à reunião. Referiu que se pondera equacionar este assunto no próximo ano lectivo. Sugeriu que a Assembleia delibere no sentido de apoiar o Conselho Executivo no desenvolvimento uma Carta Educativa Regional participada, ouvindo todos os Municípios como é de lei, decorrendo de um amplo debate entre toda a comunidade educativa, quer sejam encarregados de educação, professores ou até mesmo os *stakeholders* que têm assento nos diversos Conselhos Gerais. Por outro lado que sejam tomadas todas as providências para que seja estancado este processo do agrupamento das escolas. -----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, referiu que esta moção apresentada pela deputada Ana Cláudia tinha a virtude de poder rentabilizar trabalho que já tinha sido feito na CIMT, podendo ser feito um trabalho muito positivo. ----- Foi dada a palavra ao deputado Paulo Bacelar de Macedo, referindo este ser um dos subscritores da última moção apresentada nesta Assembleia, relativa à agregação de agrupamentos. No que respeita à Moção hoje apresentada e no ponto em que se refere apoiar o Conselho Executivo do Médio Tejo, na alínea b), esclareceu que, no seu entender, as diligências que referidas devem igualmente ser feitas junto dos Municípios, pois teme que os Municípios não sejam ouvidos no que respeita à constituição dos Mega Agrupamentos, o que vai interferir com a questão das Cartas Educativas. -----

O deputado Hugo Cristóvão referiu concordar que os Agrupamentos fossem sediados em escolas secundárias e que votava favoravelmente neste moção por concordar com o princípio político. ----- A moção foi aprovada por unanimidade sem votos contra e sem abstenções. -----

Não existindo mais intervenções no Período Antes da Ordem do Dia, deu-se sequência à Ordem de Trabalhos. -----

3. Informação do Conselho Executivo nos termos da alínea c) do art.º 13 da Lei 45/2008 de 27 de Agosto.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que neste ponto se pretende conhecer a actividade da CIMT, desde a última reunião desta Assembleia, tendo dado a palavra ao deputado José Baptista. Referiu o Senhor deputado que a execução do QREN era vergonhosa, alertando apenas para os 20% de execução apresentada. Congratulou-se a disponibilização dos recursos Geográficos Online. Solicitou à Secretária Executiva da CIMT que fosse esclarecido sobre o indeferimento da candidatura da Constelação Urbana, candidatura com uma base cerca de 9 milhões de euros. Solicitou também informação sobre os Planos de Marketing, visto não ter informação sobre a verba que estava a ser gasta. Registou os constrangimentos apresentados sobre a introdução de portagens na A23 e finalmente solicitou informação sobre os saldos apresentados. -----

O deputado Henrique Leal, tomou a palavra referindo que o termo vergonhoso, aplicado pelo deputado José Baptista, era um termo forte, contudo referiu que olhando para as conclusões apresentadas o conjunto dos resultados não era favorável. Tendo em conta este contexto mostrou-se interessado em efectuar uma proposta, até para melhorar as taxas de concretização apresentadas. Foi referida a Marca Regional e a semana do Médio Tejo. A ideia seria a de promover um

encontro anual de alunos do 2.º ciclo virado para o conhecimento da região, para a valorização da língua portuguesa. -----
Foi solicitado pela Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal que esta proposta fosse apresentada por escrito, eventualmente por e-mail, para ser também analisado pelo Conselho Executivo da CIMT. -----

O deputado Manuel Ligeiro referiu ser apresentada uma execução fraca do orçamento. Propôs a rectificação na penúltima página do documento quadro 1.2 onde é referida a análise da despesa realizada, na penúltima linha, visto verificar que o valor apresentado como pago de 803 mil euros, em princípio, não lhe parecia estar correcto. -----

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo da CIMT, que esclareceu as dúvidas apresentadas. Começou por se dirigir ao Deputado José Baptista dizendo que o que era de facto vergonhoso era não terem conhecimento de que a CIM do Médio Tejo, num universo de 23 CIMs nacionais, era considerada a melhor e a que apresentava melhores índices de execução. Alertou que há 2 meses atrás éramos consideradas a 4.ª ou a 5.ª CIM com melhor índice de execução. Referiu ser uma questão muito séria e lembrou que as Câmaras Municipais do Médio Tejo estavam com elevadas dificuldades financeiras de momento, deixando algumas delas cair as suas candidaturas comunitárias, visto não terem capacidade para suportar os 20% da comparticipação. Comentou que o que era vergonhoso não era o índice de execução da CIMT, mas sim a política nacional de execução do QREN, reflectindo-se em tudo o resto. -----

Informou estar a haver um trabalho conjunto para que nenhuma Câmara Municipal do Médio Tejo perca dinheiro da contratualização. Referiu a candidatura dos 5 Castelos 5 Rios ser reprovada no Mais Centro, por não reconhecerem nem tornarem plausível o projecto que se apresentou, não o considerando viável. -----

Deputado José Baptista congratulou-se por ser municipalista, e deu alguns esclarecimentos da aplicação da palavra vergonhosa. -----

4. Alteração ao Mapa de Pessoal 2010, ao abrigo da alínea o), do ponto 2, do art.º 53 da lei 169/99 de 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01 para dar cumprimento ao artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 27/Fevereiro.-----

O Presidente do Conselho Executivo passou a palavra à Secretária Executiva da CIMT que prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente para referir que tendo em conta as dificuldades da gestão financeira fomos aconselhados, dadas as condições que o Orçamento de Estado e do PEC iriam trazer, que era fundamental assegurar ainda este ano 2 situações que poderiam por em causa o funcionamento da Comunidade. Assim, foi referida a área da contabilidade que só tem uma pessoa e que tinha um contrato a termo certo, poder originar condicionamentos daqui a alguns meses, visto a outra funcionária estar de baixa prolongada. A outra situação foi o facto de termos ficado com uma pessoa a menos que se ocupava da gestão dos Sites e que saiu para a Câmara Municipal de Palmela, tendo ficado assim um lugar vago. -----

Não havendo intervenções sobre esta matéria o assunto foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, sem votos contra e sem abstenções, com a presença de 34 deputados. -----

5. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.-----

Foi dada a palavra ao deputado Manuel Filipe que fez alguns comentários respeitantes ao português, nomeadamente à colocação de vírgulas no texto que poderiam levar a uma interpretação menos correcta do que se pretendia. -----

O deputado Henrique Leal focou a gralha no organograma "onde estava escrito Assembleia Municipal devendo ser Assembleia Intermunicipal". Foi referido que a correcção já tinha sido efectuada. -----

Foi solicitado pela Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal que estas correcções nos fossem enviadas por e-mail, para podermos efectuar as mesmas conforme pedido. -----

Não havendo mais intervenções sobre esta matéria passou-se à votação, tendo este ponto da Ordem de Trabalhos sido aprovado por unanimidade com a presença de 33 deputados.-----

6. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento referentes a 2011.----- -----

O deputado Paulo Constantino solicitou alguns esclarecimentos sobre a Melhoria da Mobilidade, Médio Tejo Digital II e Educação de Excelência. No âmbito da mobilidade, questionou se neste projecto iria continuar a não ser integrado a alternativa de transporte rodoviário em termos de estudo de viabilidade de articulação de transportes no Médio Tejo; no que respeita ao Médio Tejo Digital II, referiu ser um programa importante para o desenvolvimento e produtividade das autarquias, pelo que gostaria de saber a razão da execução estar apenas nos 10%; no que respeita à Educação de Excelência, e uma vez que a execução estava a 100%, gostaria de saber se há vontade de fazer mais nesta matéria. -----

O deputado Manuel Ligeiro comentou as duas ideias apresentadas na parte da visão do documento como fundamentais, mas com a necessidade de muito trabalho para as colocar em prática. Referiu que globalmente a CDU aceitava quer o plano quer o orçamento, contudo tinha a necessidade de focar aqui algumas questões, consideradas relevantes, nomeadamente, no que respeita à Melhoria da Mobilidade, referindo que o estudo deveria ser mais baseado nos transportes públicos não só rodoviários, como também, ferroviários. Foram focadas as questões da saúde propondo que fossem mais bem aproveitadas, nomeadamente, no Centro Hospitalar do Médio Tejo. Referiu igualmente que a saúde básica se encontra com muitas deficiências. -----

O deputado João Simões elogiou as fichas de projecto, referindo estarem muito bem elaboradas, sendo assim bastante esclarecedoras. Saliu a necessidade de apostar na coesão territorial, visto que permite fixar as populações e é extremamente importante, realçando existir mais uma autarquia – Mação. Alertou para a necessidade de se pensar em políticas integradas de turismo.-----

No que respeita ao QREN, que referiu terminar em 2013 e ainda não ter a sua efectiva execução, o que considerou ser uma situação lamentável. Acautelou a questão da problemática do ensino superior que gostava de ver desenvolvida. Sublinhou que, dado o adiantado da hora e para não prolongar a sua intervenção, iria apresentar em declaração de voto tudo aquilo que ainda tinha para dizer. -----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo referiu que os assuntos da saúde, da educação e ensino superior são trazidos à reunião, mas que não devem ser plasmados num orçamento de uma Comunidade Intermunicipal, alertando que são políticas do governo. Referiu o Médio Tejo, como umas das melhores comunidades do país e com melhor funcionamento. -----

Comentou, ainda, o Médio Tejo Digital como sendo um processo semi-falhado nesta casa, porque se investiu muito dinheiro e comenta não existir reflexo nas Autarquias. Anunciou aos presentes que foi contratada uma empresa que irá fazer uma auditoria técnica e financeira a tudo o que se investiu na CIMT em informática.

Não havendo mais intervenções, o documento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade com a presença de 34 deputados. Foi apresentada pelo Deputado João Simões uma declaração de voto que se anexa.

7. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento para a Informação e Formação Profissional.

Foi presente, para apreciação e votação, a proposta de alteração ao Regulamento para a Informação e Formação Profissional. Depois de analisado foi aprovado por unanimidade com a presença de 34 deputados.

8. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que não estava presente público na reunião para intervir, contudo o deputado Manuel Ligeiro questionou, a pedido dos munícipes do seu concelho, como era feita a divulgação das reuniões da Assembleia.

Foi referido pela Presidente da Assembleia que era enviado uma Press Release à Comunicação Social Regional 3 dias antes da reunião.

A Presidente da Mesa da Assembleia da Assembleia Intermunicipal referiu que os documentos para esta reunião tinham seguido por e-mail para todos os deputados que nos deram os contactos e por CD. Referiu que se pretendia aligeirar esta situação de modo a que os documentos fossem enviados por correio electrónico com excepção dos deputados que não usam correio electrónico.

Assim, foi acordado que os deputados teriam de enviar esses elementos para os serviços de modo a que na próxima reunião este processo fosse agilizado. Foi igualmente acordado que a documentação a enviar pelo correio não fosse registada.

Nada mais havendo a tratar, pelas 20 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Rita Trindade, para o efeito designada, redigiu e também assina.